



Panorama das Tecnologias de Reconhecimento Facial em Salvador-BA¹

Annandra Lís Viana Rodrigues²
Universidade Federal da Bahia - UFBA

RESUMO

Neste panorama buscamos entender como as Tecnologias de Reconhecimento Facial (TRFs) têm sido utilizadas pelo município de Salvador. Para isso, utilizamos a ferramenta 'Querido Diário', para acessar os Diários Oficiais do Município, outros dados públicos já disponíveis na internet e os dados produzidos pelo Panóptico: Monitor de novas tecnologias na segurança pública, projeto do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC). O Panorama detalha como e quanto o município investe em TRFs e aponta essas tecnologias como potenciais instrumentos para criminalização e persecução penal, especialmente da população negra.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologias de Reconhecimento Facial (TRFs); Salvador; Segurança Pública; Racismo Algorítmico.

CORPO DO TEXTO

Introdução

A opacidade dos dados públicos é o motor que rege esta pesquisa. Apesar da abundância de números disponíveis na internet, nem sempre podemos confiar na procedência e qualidade desses números. Neste sentido, o jornalismo de dados exerce um papel fundamental para localizar dados em fontes seguras, interrogá-los - para entender em quais contextos estão envolvidos -, conectar informações e apresentá-las de forma compreensível para o leitor, fazendo com que as opiniões sejam embasadas por números confiáveis, ao invés de suposições.

Desde 2023, a Ciência e Cultura - Agência de Notícias em Ciência Tecnologia & Inovação (AGN), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), explora temas de interesse público através do jornalismo de dados, no âmbito do programa Querido Diário nas

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação, Tecnologia e Sociedade, evento integrante da programação do 25º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 26 a 28 de junho de 2025

² Estudante de Graduação, último semestre do Curso de Jornalismo da Facom – UFBA, e-mail: annandralis@gmail.com



Universidades, iniciativa cujo objetivo é aproximar o Querido Diário das atividades de instituições de ensino e pesquisa brasileiras. Por sua vez, o Querido Diário é uma ferramenta de inovação cívica da Open Knowledge Brasil que visa abrir e integrar diários oficiais de municípios brasileiros, prezando pela transparência em dados públicos e tornando-os mais compreensíveis e acessíveis para os cidadãos.

Segundo o Índice de Dados Abertos para Cidades (ODI Cidades) 2023, realizado pela Open Knowledge Brasil, as capitais brasileiras possuem um baixo nível de abertura e qualidade dos dados abertos. Em uma escala de níveis de abertura de 0 a 100%, onde “Opaco” se refere a 0 a 20%, “Baixo (21% a 40%)”, “Médio (41% a 60%)”, “Bom” (61% a 80%) e “Alto” (81% a 100%), 21 das 26 cidades estão classificadas no pior nível de transparência, com São Paulo liderando o ranking (48% - Médio). O município de Salvador (BA) ocupa o nível opaco, pontuando apenas 13% no índice de dados abertos das capitais.

Ainda tomados pelo conceito de opacidade, O Panóptico: monitor de novas tecnologias na segurança pública, projeto do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), publicou em 2024 o relatório “Vigilância por lentes opacas: mapeamento da transparência e responsabilização de projetos de reconhecimento facial no Brasil”, em parceria com o Laboratório de Políticas Públicas e Internet (LAPIN - UFBA). No relatório, O Panóptico apresenta dados sobre os projetos que utilizam as Tecnologias de Reconhecimento Facial (TRFs) no Brasil, apontando as falhas de transparência e abrindo espaço para o debate sobre o uso destas tecnologias na segurança pública. A partir de dados coletados neste relatório, que apontam a Bahia como o estado que mais investiu em TRFs no país (R\$665.960.973.734,94), chegamos à pergunta motivadora deste estudo: Como o município de Salvador tem utilizado as Tecnologias de Reconhecimento Facial?

Metodologia

Estabelecemos as análises quantitativas, para levantar os dados sobre o preço e a quantidade de investimentos nas diferentes categorias em que o município de Salvador utiliza as TRFs (Controle de acesso; Segurança turística; Uso de EPs; Monitoramento de provas on-line; Prova de vida) e qualitativas, para apurar a real eficácia dessa tecnologia para a segurança pública e suas implicações sociais e raciais.

Partindo do contexto nacional e estadual, estabelecemos um recorte temporal entre dezembro de 2018 e julho de 2024 e começamos a interrogar os dados. Para isso, utilizamos dados dos diários oficiais de Salvador, levantados através do Querido Diário, e dados públicos já disponíveis na internet - considerando que, conforme a Lei nº 12.527, a divulgação de informações de interesse público deveriam ser a regra, independentemente de solicitações, e o sigilo, a exceção.

Coletamos e cruzamos os dados disponíveis no portal da transparência e portal de licitações de Salvador, notícias e outras fontes oficiais, com os dados produzidos pelo Panóptico/CESeC, disponibilizados nos relatórios ‘Vigilância por Lentes Opacas: mapeamento da transparência e responsabilização de projetos de reconhecimento facial no Brasil’ (2024), ‘O sertão vai virar mar: expansão do reconhecimento facial na Bahia’ (2023) e ‘Coleção Panorama: Racismo Algorítmico’ (2023).

Fundamentação Teórica

Para fundamentação teórica utilizamos as pesquisas desenvolvidas pelo O Panóptico entre 2023 e 2024, para coletar diversas informações, entre elas: as pessoas potencialmente vigiadas no país; os contextos nacional e estadual da adoção das TRFs; a eficiência do reconhecimento facial para o combate à criminalidade e prevenção ao crime; questões importantes sobre transparência e regulamentação dos dados públicos; a produção enviesada de dados pelas TRFs e o conceito de racismo algorítmico.

Em uma consulta ao site d'O Panóptico, encontramos o monitor da tecnologia de reconhecimento facial, que, à época, contabilizava 81.012.791¹ pessoas potencialmente vigiadas pelas TRFs no Brasil. Dentre elas, pouco mais de 20 milhões estão no Nordeste. Ainda segundo dados d'O Panóptico, a Bahia é o estado da região com mais pessoas potencialmente vigiadas, somando mais de 7 milhões, além de ser o que mais investiu nesta tecnologia (R\$ 665.960.973.73), com grande destaque para sua capital, Salvador, a cidade piloto do projeto Vídeo Policiamento desenvolvido pelo governo do estado.

O relatório do Panóptico, "O sertão vai virar mar" (2023), foi a base para a contextualização sobre o início do uso das TRFs no Brasil e no estado da Bahia. Em 2011 foi criada a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE), para “coordenar o esforço conjunto de segurança necessário para a realização dos grandes eventos que o Brasil passaria a sediar nos anos seguintes, como a Jornada



Mundial da Juventude de 2013, a Copa das Confederações 2013, a Copa do Mundo FIFA 2014, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 e demais eventos designados pelo Presidente da República”, Nesses eventos, as TRFs foram testadas e validadas através do Sistema Integrado de Comando e Controle de Segurança Pública para Grandes Eventos (SICC). Na Bahia o uso das TRFs foi inaugurado em 2013, em Salvador, com a criação do CICC (Centro Integrado de Comando e Controle), fruto de um investimento de R\$95 milhões. Nesse relatório O Panóptico também enfatiza a responsabilidade que as empresas contratadas para prestação de serviço de monitoramento via reconhecimento facial possuem, que vão desde a responsabilidade fiscal, própria de contratações pelo estado, até as responsabilidades sobre o uso, armazenamento e tratamento das imagens coletadas, o que motivou uma busca detalhada sobre as empresas contratadas pelo município de Salvador para projetos de reconhecimento facial, contendo nome, CNPJ, atividades principais e tipo de contratação (por licitação ou dispensa e o respaldo legal para as contratações via dispensa de licitação).

O relatório “O sertão vai virar mar: expansão do reconhecimento facial na Bahia” (2023) foi base para as contestações sobre a real eficácia do uso das TRFs como elemento de segurança pública. Segundo o relatório, o uso dessa tecnologia no estado da Bahia se expandiu para mais de 70 municípios mesmo sem apresentar indicadores claros de efetividade na redução da criminalidade. No período entre 2018 e 2022, os índices de criminalidade e os indicadores de violência permaneceram praticamente inalterados ou até aumentaram em algumas regiões do estado. O relatório aponta ainda a fragilidade dessa tecnologia, que pode provocar graves violações dos direitos humanos, como prisões arbitrárias, constrangimentos e abordagens violentas.

A pesquisa "Vigilância por Lentes Opacas (2024)" reitera que a implementação dos projetos avança aceleradamente sem que haja garantias de proteção dos direitos fundamentais, tornando os espaços públicos verdadeiros laboratórios de experimentação de tecnologias.

O livro "Racismo Algorítmico" foi base para a análise do Programa de Desenvolvimento Turístico de Salvador (PRODETUR), que se apresenta como solução para o turismo, com ênfase na cultura local e nos afrodescendentes, mas que aponta suas câmeras para essa população. O conceito de racismo algorítmico apresentado no livro se



refere a uma realidade estrutural de criminalização de corpos negros, a exemplo de robôs que não conseguem ver rostos de pessoas negras, reconhecimento facial que gera falsos positivos para criminosos em rostos negros, entre outros. Importante para responder às questões de eficácia, segurança e viabilidade das TRFs em Salvador.

Análise

O Panorama das Tecnologias de Reconhecimento Facial em Salvador BA, traz uma contribuição inédita sobre os investimentos realizados pela prefeitura em projetos de vigilância por TRFs. O seu conteúdo revela as diferentes formas de utilização da tecnologia (dentro dos prédios públicos, em sistemas de verificação de identidade, e como ferramenta de segurança pública), lista os locais potencialmente vigiados, as empresas contratadas e as justificativas para sua utilização. O Panorama traz à tona uma discussão importante sobre o uso das TRFs na segurança pública através da análise do escopo do PRODETUR e os tensionamentos que envolvem um projeto para segurança turística, com foco nos afrodescendentes, que utiliza uma tecnologia que reconhece erroneamente pessoas negras como criminosos.

Conclusão

Em consonância com O Panóptico, este estudo reitera que a instalação de projetos de reconhecimento facial para segurança pública no Brasil, como o Vídeo-Polícia, na esfera estadual, e o Projeto de Desenvolvimento Turístico, na esfera municipal de Salvador, não se sustenta nas justificativas sobre a eficácia do uso dessa tecnologia para coibir crimes e punir, quando contrapostas com os índices de criminalidade, os indicadores de violência e as taxas de falsos positivos. Considerando o racismo algorítmico, a produção enviesada de dados e os perfis das pessoas presas em flagrante em Salvador e da população carcerária do estado da Bahia, as TRFs são potenciais instrumentos para criminalização e persecução penal de uma população que historicamente já tem sido alvo da violência do Estado no Brasil, na Bahia e em Salvador.

REFERÊNCIAS

NUNES, Pablo; LIMA, Thallita G. L.; CRUZ, Thaís G. **O sertão vai virar mar**: Expansão do reconhecimento facial na Bahia. Rio de Janeiro: CESeC. 2023.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
25º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste - Fortaleza/CE - 26 a 28/06/2025

Lima, Thallita. et al. **Vigilância por lentes opacas**: mapeamento da transparência e responsabilização nos projetos de reconhecimento facial no Brasil. Rio de Janeiro: CESeC, 2024.

Kremer, Bianca **Racismo algorítmico** [livro eletrônico] /Bianca Kremer, Pablo Nunes, Thallita G. L. Lima. – Rio de Janeiro : CESeC, 2023